



ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO FÍSICA E DIREITOS HUMANOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE MEDIAÇÃO COM ALUNOS COM TEA

Otacilio Alves dos Reis – UnB
Olgamir Amancia Ferreira – UnB
Alexandre Luiz Gonçalves de Rezende – UnB

Relatos de Experiência Internacionais e Redes de Pesquisa

1. INTRODUÇÃO

A trajetória como professor de Educação Física da rede pública do Distrito Federal está vinculada ao compromisso com uma educação inclusiva e socialmente justa. Essa preocupação intensificou-se em 2014, com o ingresso na Secretaria de Educação e a percepção das barreiras enfrentadas por estudantes com deficiência para participarem efetivamente das aulas regulares, em contraste com o reconhecimento da educação como direito humano fundamental assegurado por legislações nacionais e internacionais. Essa inquietação direcionou a atuação profissional para o ensino especial, culminando na lotação, desde 2015, no Centro de Ensino Especial 01 (CEE01) da Ceilândia e no ingresso no Mestrado Profissional em Educação Física (ProEF). O presente relato apresenta uma pesquisa pedagógica desenvolvida em 2019, cujo objetivo foi compreender como a mediação docente, no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar em Educação Física, pode favorecer aprendizagens sociais significativas em estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A pesquisa fundamenta-se nos princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que defende sistemas educacionais inclusivos, e na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que assegura o direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino. A investigação possui abordagem qualitativa, pautada na análise da prática docente sob a perspectiva do professor-pesquisador, conforme a Pesquisa Pedagógica proposta por Lankshear e Knobel (2008). A metodologia envolveu observação participante, descrição densa das experiências e análise apoiada na teoria da Experiência de Aprendizagem Mediada (Feuerstein) e



nos princípios da Psicomotricidade (Vecchiato, 2003). Os sujeitos centrais foram dois irmãos diagnosticados com TEA, inseridos em um pequeno grupo de AEE.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência ocorreu no AEE complementar de Educação Física do CEE01 da Ceilândia, instituição pública que dispõe de piscina aquecida, quadra esportiva e espaços destinados às práticas psicomotoras. Participaram da intervenção dois irmãos com TEA, identificados pelos pseudônimos Paulo, de 14 anos, classificado com nível 2 de suporte, e Marcos, de 12 anos, com nível 1 de suporte.

Paulo apresentava comunicação verbal bastante restrita, evitava contato interpessoal e manifestava comportamentos estereotipados. Marcos demonstrava maior interesse social, embora apresentasse dificuldades na comunicação oral e na manutenção da atenção. O objetivo do atendimento consistiu em estimular habilidades de interação social e comunicação, favorecendo processos de autonomia e participação.

As atividades aquáticas foram escolhidas como estratégia pedagógica central, considerando o interesse dos estudantes pela natação e o potencial dessas práticas para o desenvolvimento global. Como o AEE geralmente ocorre de forma individualizada, foi realizada uma flexibilização metodológica mediante a constituição de um pequeno grupo composto por outras três crianças: dois estudantes com deficiência intelectual e uma estudante com Síndrome de Down. A escolha dos participantes considerou características relacionadas à empatia, disponibilidade para interação e boas habilidades comunicativas, visando construir um ambiente socialmente enriquecido e propício à aprendizagem compartilhada. As aulas iniciavam com momentos de livre exploração, respeitando as rotinas e preferências dos estudantes, especialmente as de Paulo, que costumava mergulhar e realizar movimentos circulares na água. Essas ações espontâneas eram utilizadas como ponto de partida para proposições pedagógicas, estímulos à imitação e possibilidades de comunicação não verbal, favorecendo a construção de vínculos afetivos.

Foi instituída também uma rotina de acolhimento por meio do abraço, inicialmente rejeitada por Paulo. Ao longo do processo, observou-se maior



disponibilidade para aceitar o contato físico, resultado possivelmente relacionado à consolidação do vínculo afetivo, à familiarização com as atividades e à observação dos colegas.

Nas primeiras sessões, Paulo mantinha-se afastado do grupo, dedicando-se apenas às suas atividades preferenciais. Entre as propostas desenvolvidas, destacou-se uma brincadeira de mergulho sob as pernas dos colegas, mediada pelo professor, que oferecia apoio físico para impulsionar os estudantes com dificuldades no deslocamento submerso. Gradualmente, a atividade despertou o interesse de Paulo, que durante semanas permaneceu observando os colegas. Após aproximadamente cinco semanas, passou a solicitar participação por meio de gestos, conduzindo a mão do professor para reproduzir o movimento de impulso. Esse episódio constituiu um marco importante no processo, indicando abertura para a interação social e ampliação das formas de comunicação. A partir dessa experiência, foram introduzidas novas atividades, como exercícios de flutuação e outras propostas corporais compartilhadas, sempre respeitando o tempo do estudante, mantendo convites permanentes à participação e valorizando as manifestações corporais como formas legítimas de comunicação.

2.1 Mediação docente e Direitos Humanos na prática

A intervenção pedagógica buscou materializar o direito à educação inclusiva compreendido para além da simples presença física do estudante na escola, enfatizando a participação efetiva e a aprendizagem significativa. Nesse contexto, a mediação docente foi entendida como estratégia de garantia de direitos, assegurando aos estudantes oportunidades de serem reconhecidos em suas singularidades, de utilizarem formas alternativas de comunicação e de desenvolverem plenamente suas potencialidades. Respeitar as rotinas iniciais de Paulo e organizar o planejamento a partir de seus interesses não significou abdicar da intencionalidade pedagógica, mas reconhecer a necessidade de segurança e previsibilidade para favorecer novas experiências. Essa perspectiva compreende o ensino como um processo dialógico, capaz de partir das iniciativas dos próprios estudantes. A reorganização do grupo e a adaptação das atividades configuraram respostas pedagógicas voltadas à eliminação de barreiras atitudinais e metodológicas, conforme preconiza a Convenção sobre os



Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2008). Cada pequena conquista alcançada foi interpretada como expressão da capacidade do estudante de aprender e participar, reafirmando a importância de práticas educativas humanizadas e mediadoras na efetivação dos direitos humanos.

3. RESULTADOS/APRENDIZADOS

Os resultados evidenciaram avanços importantes, sobretudo em relação a Paulo. Sua iniciativa em buscar interação para participar de uma atividade coletiva representou uma mudança significativa em relação ao padrão inicial de isolamento. A aceitação progressiva de novas propostas e do contato físico demonstrou o fortalecimento do vínculo com o professor e maior abertura para experiências sociais compartilhadas. Embora o desenvolvimento seja singular e contínuo, a experiência confirmou a relevância da mediação docente para a promoção de aprendizagens sociais no contexto do TEA. Do ponto de vista do professor-pesquisador, a experiência possibilitou reconhecer a potência de práticas mediadoras fundamentadas na crença de que todos os sujeitos possuem potencial para aprender, conforme os pressupostos da Modificabilidade Cognitiva Estrutural de Feuerstein.

Também foi possível compreender a importância da flexibilização das estratégias pedagógicas, da valorização das iniciativas dos estudantes e da adaptação constante do planejamento para atender às necessidades individuais.

A experiência reforçou o papel do professor na concretização dos princípios da Declaração de Salamanca, demonstrando que a inclusão educacional constitui um processo permanente de construção, sustentado pela observação sensível, pela criatividade pedagógica e pela constituição de vínculos afetivos seguros. Além disso, validou a importância do jogo, da comunicação não verbal e das práticas psicomotoras como recursos privilegiados para promover interação, participação e aprendizagem em estudantes com TEA.

A atuação docente revelou-se essencial para transformar o AEE em um espaço de promoção dos direitos humanos, no qual cada interação planejada e cada barreira superada representam a concretização do direito à educação, à participação e à dignidade.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato buscou apresentar uma experiência de mediação pedagógica no AEE de Educação Física com estudantes com TEA, evidenciando como a utilização articulada da Experiência de Aprendizagem Mediada e da Psicomotricidade pode favorecer aprendizagens sociais significativas. Os objetivos propostos foram alcançados por meio de uma prática sustentada na observação atenta, na adaptação das estratégias pedagógicas e na oferta de apoios graduais, permitindo aos estudantes ampliar suas possibilidades de participação. Os resultados obtidos, especialmente a progressiva abertura de Paulo para a interação, sugerem que a mediação centrada no vínculo afetivo, no respeito ao tempo do estudante e na valorização das diferentes formas de comunicação constitui um caminho promissor para a inclusão de alunos com TEA. A principal contribuição da experiência consiste em demonstrar que a Educação Física, desenvolvida sob a perspectiva dos direitos humanos, ultrapassa o ensino de habilidades motoras e se configura como espaço de desenvolvimento integral, participação social e humanização.

Ao assumir o papel de mediador, o professor deixa de ser apenas transmissor de técnicas para tornar-se facilitador de relações, contribuindo para a superação de práticas capacitistas historicamente presentes nos espaços educativos. Reconhece-se que o estudo possui limitações decorrentes do reduzido número de participantes e da especificidade do contexto investigado. Ainda assim, a experiência oferece princípios e estratégias que podem inspirar outras práticas de educação inclusiva.

Por fim, reafirma-se que a mediação docente humanizada, fundamentada teoricamente na Experiência de Aprendizagem Mediada de Feuerstein e na Psicomotricidade de Vecchiato, constitui um elemento fundamental para aproximar os direitos assegurados pela legislação da efetiva participação dos estudantes. O percurso de Paulo, marcado pela passagem do isolamento para a iniciativa de interação, evidencia o potencial transformador da ação pedagógica comprometida com a inclusão, a dignidade humana e a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 2.

FEUERSTEIN, R.; FEUERSTEIN, R. S.; FALIK, L. H. **Além da Inteligência: Aprendizagem mediada e a capacidade de mudança do cérebro**. 2. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2014.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. **Pesquisa pedagógica: do projeto à implementação**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2008.

UNESCO ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2019.

UNESCO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VECCHIATO, M. **A terapia Psicomotora**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.